

EDUCAÇÃO PERMANENTE SOBRE O SUS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA: RODAS DE CONVERSAS NA REGIÃO DE FRANCA, SP

Fernanda de Oliveira Sarreta – Docente, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP
Gabriela Cristina Braga Bisco – Doutoranda, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP
Elaine Teixeira Alves dos Santos – Doutoranda, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP
Túlio Boso Fernandes dos Santos – Mestrando, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP
Daniela Helena da Silveira – Assistente Social, Grupo de Pesquisas sobre Saúde e Serviço Social - UNESP

Contatos: fernanda.sarreta@unesp.br; gabriela.bisco@unesp.br;
elaine.sousa@unesp.br; tbf.santos@unesp.br; daniela.silveira@unesp.br

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

O ano de 2020 vivenciou transformações mundiais e a humanidade enfrenta uma crise sanitária com impactos econômicos, políticos, sociais, culturais, sem precedentes na história conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020). As suas consequências são imensuráveis, dada a complexidade do cenário e das condições em que se encontra a grande parcela da população empobrecida na maioria dos países, uma das preocupações apontadas pela OMS. Há um esforço mundial e coletivo contra o novo coronavírus, SARS-Cov-2, responsável pela Covid-19, unindo experiências, pesquisas, informações, nas diversas áreas do conhecimento em defesa da saúde e da vida. Do mesmo modo, esse esforço se expressa em ações solidárias, comunitárias, movimentos sociais, universidades públicas, dentre outras, em especial, nas estratégias de trabalhadoras(es) da linha de frente diante das demandas imediatas e cada vez mais complexas nos serviços de saúde do país, notadamente da Covid-19.

A pandemia da Covid-19 encontrou um quadro social crítico e de recessão econômica mundial. No Brasil, historicamente marcado pelas desigualdades e injustiças sociais, a crise econômica e política, já em curso há várias décadas, foi agravada pela crise sanitária e o descaso do Estado, acentuando os níveis de desigualdade e miserabilidade social. Ou seja, aprofundou as injustiças inerentes à sociedade capitalista e atingiu desigualmente a população pela sua condição de classe, raça e gênero.

No primeiro trimestre de 2020 a intensificação das condições de palperidade da classe trabalhadora no país revelou um contingente de 12,9 milhões de desempregados, com a informalidade acima de 40% e cerca de 40 milhões de trabalhadores à margem da legislação social protetora do trabalho, segundo Antunes (2020). O autor reflete que em escala global, presencia-se com a pandemia o resultado da expansão e generalização do sistema antissocial do capital, com uma lógica destrutiva da natureza, das relações sociais, dos direitos e do trabalho,

condições que estão se tornando insustentáveis; por meio desses e de outros mecanismos, é gerada uma sociabilidade que desconsidera a “totalidade dos limites humanos, societários e ambientais, o sistema de metabolismo antissocial do capital alterna-se entre produção, destruição e letalidade” (2020, p. 1).

A lógica destrutiva do capital demonstrou, já nos primeiros meses da pandemia, a responsabilidade de trabalhadoras(es) da linha de frente diante da ausência de respostas do Estado e do próprio Ministério da Saúde, na construção de estratégias efetivas para atendimento das demandas imediatas nos serviços municipais, onde se efetivam o atendimento da grande maioria da população. Dentre as demandas, a falta de informações e orientações, protocolos, recursos financeiros, materiais de proteção individual, dentre tantos outros, aprofundaram sentimentos de medo, insegurança, indignação, violações de direitos de trabalhadoras(es) e da população. A partir das necessidades de trabalhadoras(es) da linha de frente a proposta de estar juntas(os) no isolamento social, sem colocar em risco a segurança na pandemia, foi o isolamento produtivo para mobilizar a partir do diálogo e construir a integração na pandemia. Essa experiência de extensão teve como problema central compreender a complexidade dessa realidade contraditória e complexa e dar conta dos sentimentos que esse contexto provocou, ao mesmo tempo, construir estratégias para o fortalecimento dos sujeitos.

DESCRIÇÃO

A complexidade da pandemia provocou inquietações e agregou um coletivo comprometido com o debate crítico e a busca de respostas aos impactos sociais na saúde da população. Colocou como tarefa imediata a luta pela democracia e pelo SUS 100% público e estatal e devidamente financiado, e a adesão ao debate e movimento nacional pelas demandas da pandemia, como exames, uso de máscaras, isolamento social, vacina em massa, auxílio emergencial efetivo, proteção de trabalhadoras(es) e tantas outras.

Em março de 2020 o Grupo Quaviss – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social, da UNESP de Franca/SP, que se organiza há vários anos para fortalecer o debate do SUS local e regional e a integração da formação-trabalho, se reorganizou e construiu estratégias de apoio e de diálogo diante de incertezas, sentimentos, medos e questionamentos que foram surgindo em tempos de pandemia. Participam do Grupo estudantes da graduação e da pós-graduação, trabalhadoras(es) de saúde e demais políticas públicas, docentes, pesquisadoras(es), das profissões do Serviço Social, Direito, Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Dentista, Medicina e Enfermagem, constituindo um diálogo interdisciplinar e intersetorial em saúde.

Esse caminho teve como motivação a histórica experiência da saúde pública e da mobilização da sociedade brasileira de se fortalecer, mesmo em tempos tão adversos, como no movimento pela reforma sanitária, que no decorrer das décadas de 1970/1980 resiste à ditadura militar e seu projeto de privatização da saúde e consegue construir as proposições para a construção do SUS na 8ª. Conferência Nacional de Saúde de 1986; sobretudo, a sua criação na Constituição Federal de 1988.

Assim, a extensão se orientou na direção da teoria social crítica de tradição marxista e no debate que envolve o Projeto da Reforma Sanitária brasileira e o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, claramente comprometidos com a efetivação das políticas públicas, da democracia e da universalização do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Essa direção política e ética orienta a Educação Permanente em Saúde (EPS), estratégia adotada há vários anos pelo Grupo Quaviss, da UNESP Franca (SARRETA, 2020).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde para Formação dos Trabalhadores do SUS (BRASIL, 2004), foi uma conquista coletiva visando a construção de um perfil profissional coerente com as necessidades de saúde pública e não do mercado, tem como referência a atenção integral à saúde e é adotada para fortalecer a integração da formação-trabalho ou ensino-serviço. A EPS indica a construção da roda no SUS como dispositivo para integração dos diversos sujeitos envolvidos na saúde – trabalho, ensino, gestão e controle social, para o exercício do diálogo e a busca de respostas aos problemas de saúde. Essa perspectiva crítica e de totalidade reconhece que todas(os) têm experiências e conhecimentos que podem contribuir para transformar a saúde, para ruptura com as relações verticalizadas e a construção de relações horizontais na roda, valorizando a diversidade e as capacidades e potencialidades do SUS local e regional.

A partir da problematização da realidade vivida e sentida pelos sujeitos, as estratégias construídas foram mediadas pela tecnologia, para acessar as pessoas através do whatsapp, instagram e facebook. Dentre as estratégias, o Grupo experimentou o uso dos recursos disponíveis para mobilizar o coletivo foi a Produção de Vídeos curtos, a partir das experiências de seus membros na saúde – trabalho, ensino, pesquisa e/ou extensão, bem como, diversas informações e orientações relacionadas à pandemia, ao SUS e seus princípios e diretrizes constitucionais. Foram produzidos 11 vídeos com temáticas diversas e compartilhados na rede social da universidade, do Grupo e outros espaços, onde os sujeitos se surpreenderam com os resultados e a própria satisfação com a produção do material.

A outra estratégia adotada foi a Roda de Conversa sobre o SUS, a partir da problematização da realidade vivida e sentida pelos sujeitos, com temáticas priorizadas como

exemplos: O SUS no enfrentamento da pandemia; Educação permanente em saúde no enfrentamento da pandemia; O preconceito em geral e o preconceito contra a PSR; Socialização da experiência do Consultório na Rua de Franca; PSR: determinações sociais que motivaram a viver e permanecer na rua; Experiências de Estágio com a PSR; Impactos sociais da pandemia na saúde da PSR; Redução de danos e PSR; dentre outras relacionadas. As 12 rodas foram realizadas através da plataforma da Universidade, no meet google, com cerca de 2 a 3 horas de duração, periodicidade mensal e aberta ao público, atingindo a média de 500 pessoas.

O resultado mais expressivo das rodas de conversas, é que evidenciou os impactos sociais da pandemia relacionados à População em Situação de Rua no cenário do nordeste paulista de Franca e Região. Esse grupo populacional praticamente foi desconsiderado na pandemia e sofreu a violação de vários direitos, do mesmo modo, a falta de apoio a trabalhadoras(es) da linha de frente que atendem essa população em vulnerabilidade, da área da saúde e da assistência social.

LIÇÕES APRENDIDAS

A crise sanitária aprofundou o desemprego, sub emprego, falta de alimentação, moradia, água, saneamento, evidenciou a expressão das desigualdades e injustiças, notadamente, da população em situação de rua, trabalhadoras(es) do sexo, catadores de recicláveis, indígenas, ribeirinhos etc. Portanto, é fundamental afirmar que a população brasileira “não está no mesmo barco”, a desigualdade social e econômica produziu desigualdades de contaminação e de morte na pandemia. Os dados coletados através do SUS revelam que a vítima-padrão da Covid-19 é homem, pobre e negro, em comum as vítimas têm a cor, a idade e a falta de oportunidades (CNTS, 2020).

Em cenário de barbárie, de morte e fome em 2020, o país manteve em curso a privatização do SUS, não revogou a Emenda Constitucional 95 e, ainda, produziu 33 novos bilionários ligados ao setor varejista, industrial e financeiro, denuncia Bravo (2020). É nesse mesmo cenário de barbárie que os sujeitos precisam pensar formas de organização para construir movimentos e resistências. Portanto, os recursos disponíveis nessa mesma realidade devem ser apropriados para construir uma outra própria história, outros caminhos, o movimento coletivo para pensar o futuro atuando no presente, com os elementos da história.

Para além de tantos sofrimentos, mortes, desmontes, descasos, a pandemia produziu aprendizagens que podem servir para um novo projeto de sociedade. A capacidade de mobilização do SUS, das instituições públicas e da classe trabalhadora brasileira em sua defesa, evidenciou potencialidades e expressou o seu projeto societário inclusivo e transformador,

mesmo precarizado e sub financiado, e com uma força de trabalho desvalorizada e desprotegida. Mostrou o valor e importância do SUS, que atendeu diariamente a população nas diversas situações e demandas apresentadas na pandemia, contrariando o histórico discurso de ineficácia e descompromisso do serviço público. Portanto, é um esforço permanente desmistificar esse discurso da sociedade burguesa, que na aparência insistiu em dizer que o coronavírus era apenas uma “gripezinha”.

Os vídeos e as rodas de conversas foram fundamentais para o debate e defesa dos projetos contra hegemônicos à essa lógica neoliberal, da democracia e participação, mesmo em tempos de isolamento na pandemia. A EPS contribuiu para aproximar a universidade pública da comunidade, potencializando os sujeitos no enfrentamento da pandemia e nas resistências em defesa do SUS constitucional, público e gratuito. A construção da roda no SUS é espaço de resistência para o exercício da palavra, reflexão, diálogo, num momento de tanta perversidade e injustiças, contribui para que os sujeitos se reconheçam como protagonistas.

RECOMENDAÇÕES

A partir das experiências vividas, as recomendações seriam fortalecer a Educação Permanente em Saúde no Estado de São Paulo e suas regiões, através das rodas de conversas no SUS, como espaços para que os sujeitos coletivamente apropriem experiências e conhecimentos para o enfrentamento da pandemia e do pós-pandemia.

E, valorizar a atenção à saúde da População em Situação de Rua no SUS, considerando que historicamente vive em condições de invisibilidade e em 2020 enfrentou a ausência de serviços específicos de apoio e diagnóstico da doença, local para isolamento social e tratamento pós-diagnóstico, ausência de protocolo específico, bem como, dificuldades de acesso à alimentação e períodos de ausência de alimento, de documentação pessoal para o auxílio emergencial do governo entre vários problemas relacionados.

A pandemia das desigualdades mostrou mundialmente a miséria do Brasil, mas reafirmou com países, universidades, grupos, movimentos, projetos, debates, pesquisas e resistências em defesa da vida e da saúde pública. Fortaleceu movimentos a favor do projeto da reforma sanitária e dos princípios constitucionais que orientam o direito à saúde – universalidade de acesso, integralidade da atenção, equidade, dentre outros, na direção ética e política que reconhece a saúde ao exercício da democracia e da participação. Sobretudo, o conceito ampliado de saúde vem sendo publicamente reconhecido na pandemia como fundamental para o enfrentamento da Covid-19, isto é histórico e deve ser considerado para fortalecer o debate em defesa do SUS constitucional. Contraditoriamente a pandemia tornou

evidente para a sociedade, de certo modo, o reconhecimento da saúde em sua totalidade, uma necessidade humana e recurso que deve ser garantido em todas as suas expressões – do nascimento à morte digna.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores. Entrevista, *Carta Capital*, 27 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r-DW1GSqNMg>.

BRAVO, M.I.S. FNCPS: 10 anos de luta pelo SUS 100% público, estatal e de qualidade e pela construção de outra sociedade. *X Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde*. 12 de março de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLY6qsh78UQ7GCMtNQyo4iF4nzwjl-_9u-.

CNTS. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde. *Vítima-padrão de Covid-19 no Brasil é homem, pobre e negro*. Disponível em: <https://cnts.org.br/noticias/vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-e-homem-pobre-e-negro/>.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

MENDES, A.; CARNUT, L. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. *Rev. Saúde Soc.* São Paulo, v.27, n.4, p.1105-1119, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2018.v27n4/1105-1119/pt>

OMS. Organização Mundial de Saúde. *Declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional*. OPAS/OMS. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875.

SARRETA, F. O. O cenário de pandemia da Covid-19 e o protagonismo de trabalhadores da saúde. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, Uberaba, MG, 2020.